

Às vésperas do dia D

Auc p 11

Luiz Orlando Carneiro

Há 15 dias, o parlamentarismo era dado como morto e enterrado, até que o aticamento pelo Palácio do Planalto do fogo da crise institucional fez com que baixassem as ações do presidencialismo. Quanto à extensão do mandato do atual e dos futuros presidentes, mantém-se firme a tendência pelos quatro anos se vingar o sistema presidencial de governo (com reeleição ou não), e pelos cinco anos se prevalecer o parlamentarismo.

No entanto, a uma semana do "Dia D" — que na verdade serão alguns dias —, os ativistas dos dois lados e os defensores de uma solução híbrida dedicam-se ao estudo de estratégias regimentais que serão da maior importância no campo de batalha. Os parlamentaristas exibem pesquisas "seguríssimas" segundo as quais têm garantidos 28 votos a mais do que os 280 necessários, ou seja, pelo menos 308 votos certos; os presidencialistas garantem que, contando pelo menos 140 partisans no PMDB, uma centena no PFL, mais os votos do PDT, PTB, PT, PL e da metade do PDS, chegam "tranquilamente" aos 300 votos. Como os constituintes são 559, uns 50 deles estão, portanto, em cima do muro.

Ora, os constituintes não vão se reunir numa sessão histórica para decidir, num único *round*, entre parlamentarismo e presidencialismo. Pelo regimento, será discutida e votada, em primeiro lugar, a emenda coletiva que recebeu o maior número de assinaturas — a emenda presidencialista encabeçada por Humberto Lucena (352 signatários). Se ela não obtiver maioria absoluta, entrará em cena a emenda coletiva parlamentarista de Egídio Ferreira Lima (341 autógrafos) que, derrubada, daria lugar ao texto também parlamentarista da Comissão de Sistematização o qual, por sua vez, não conseguindo 280 votos levaria a Assembléia a um "buraco cinzento".



Ocorrendo tal situação — hipotética mas não improvável — seriam votadas as demais emendas individuais, entre as quais a do deputado Manoel Moreira, que consagra o "presidencialismo parlamentarizado". Não alcançando nenhuma destas os 280 votos, estaria cavado o "buraco negro", e o relator teria 48 horas para negociar um novo texto com a maioria.

Caso o "emendão" presidencialista seja logo aprovado, a tática dos quatroanistas é não votar o artigo 94c, pelo qual o mandato presidencial é de cinco anos, e aguardar que sejam destacadas as emendas individuais de Mário Covas (quatro anos) ou de Fernando Henrique Cardoso (quatro anos com reeleição). Assim é que a consagração do presidencialismo com base na emenda Lucena não significa, necessariamente, opção pelo mandato de cinco anos.

Mas se a emenda coletiva dos presidencialistas for refugada, a de Egídio Ferreira Lima fica aparentemente imbatível, pois há constituintes simpatizantes (mas não soldados) do sistema presidencial que, derrotados no primeiro *round*, preferem apoiar, no segundo, o parlamentarismo a contribuir para a manufatura de um regime híbrido. Há, no entanto, uma massa significativa de presidencialistas que vão considerar perdida a batalha, mas não a guerra, e juntar-se a uma minoria nada desprezível favorável a um sistema híbrido e que, no primeiro *round*, terá votado contra o presidencialismo, mas não a favor do parlamentarismo.

Como se vê, há tantas variáveis possíveis que nenhum grupo poderá adentrar o plenário da Câmara dos Deputados, na próxima semana, cantando vitória. Não obstante o peso e a prioridade das duas emendas coletivas, perfazendo 639 assinaturas, e do próprio texto da Comissão de Sistematização, é possível que a fusão de outras emendas em torno de uma emenda individual, como a do deputado Manoel Moreira, acabe por determinar um sistema de governo mais ou menos híbrido, na base de mais um daqueles entendimentos que vai fazendo deste texto constitucional um repositório de soluções por demais espertas e pouco determinantes.

10 MAR 1988